



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº 266 /2016

65ª SESSÃO ORDINÁRIA de 2.9.2016

PROCESSO Nº 1/0860/2015

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201500843-7

RECORRENTE: VOTORANTIM N/NE S/A.

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTE: ERASMO AUGUSTO DE A. SILVEIRA

RELATOR: VALTER BARBALHO LIMA.

EMENTA: ICMS. NF-e. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS DE ENTRADAS. FALTA DE APOSIÇÃO DO SELO FISCAL DE TRÂNSITO. 1. Obrigação prevista no artigo 157 **caput** do Dec. nº 24.569/97. 2. Irregularidade objetiva. 3. Obrigação de fazer. 4. Expedido termo de início de fiscalização. 5. Cessaçao do direito a espontaneidade. 6. Infração caracterizada, a teor das regras gerais relativa ao instrumento e do disposto na Instrução Normativa nº 14/2007. 7. Recurso ordinário conhecido e não provido. 6. Afastadas as nulidades. 7. Mantida a decisão singular. 8. Auto de infração julgado procedente, por voto de desempate do Presidente, de acordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

Trata-se da irregularidade falta de aposição do Selo Fiscal de Trânsito em instrumento representativo da NF-e, o DANFE, relativamente a operações interestaduais de entradas, ocorrida no exercício de 2010, no importe de R\$ 248.743,97, valor sobre o qual fez incidir multa equivalente a 20%, por sugestão de aplicabilidade da pena prevista na alínea "m" do inciso III do art. 123 da Lei nº 12.670/96, que resultou na exigência de multa da ordem de R\$ 56.948,80.

Na impugnação, a autuada inicia o arrazoado por requerer a suspensão da

Processo nº 1/0860/2015 - AI nº 1/201500843-7 – Relator: Valter Barbalho Lima



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

exigibilidade do crédito tributário, com esteio no artigo 151 do CTN. Ao depois argui irregularidade no termo de conclusão de fiscalização, por ausência de indicativo da legislação, base de cálculo, alíquota, sob o fulcro de ofensa ao artigo 822 do Decreto nº 24.569/97 e afronta aos artigos 30 e 53 do Decreto nº 25.468/99,.

Requer a juntada de novos documentos e a busca da verdade material, o que implicaria a necessidade da realização de perícia, temas sobre os quais colaciona doutrina e preceptivos normativos de regência, menciona os princípios da proporcionalidade, capacidade contributiva, multa com efeito confiscatório, juro equivalente a SELIC e, ao final, postula a nulidade, realização de perícia, para provar a total selagem dos documentos.

O julgador singular refuta os argumentos da autuada de forma pontual, com supedâneo nas regras de regência de cada hipótese e, no mérito, fundamenta a decisão nas disposições da Instrução Normativa nº 14/2007, colacionada no arrazoadado do **decisum**, oportunidade que corrobora com a penalidade sugerida, termos em que se manifesta em decisão pela procedência do feito fiscal.

No recurso ordinário reitera a arguição de irregularidade no termo de conclusão de fiscalização, que teria violado o artigo 822 do Decreto nº 24.569/97, pugna pela improcedência da autuação ao argumento que descumprida apenas obrigação acessório pela demonstração da escrituração das notas no livro registro de entradas, repete os demais pleitos formulado na impugnação e requer, alternativamente, a aplicação da segunda parte da alínea "g" do inciso III do artigo 123 da Lei nº 12.670/96, que comina pena de 20 Ufirces por documento.

A Assessoria Processual Tributária refuta todos os argumentos da recorrente, com base nas disposições normativas que disciplinam a matéria e ressalta que a autoridade administrativa está vinculada à lei, por isso não lhe assiste a discricionariedade para escolher a oportunidade e conveniência para a prática do ato, razão pela qual não vê a possibilidade de aplicar a pena alternativa suscitada, termos em que opina pelo conhecimento do recurso ordinário, nega-lhe provimento, para que seja mantida da decisão singular e se julgue procedente a imputação, parecer adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o relato.

Processo nº 1/0860/2015 - AI nº 1/201500843-7 – Relator: Valter Barbalho Lima

Pg. 2



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

VOTO DO RELATOR

O ato administrativo de lançamento do crédito tributário é procedimento vinculado, logo, impõe-se a observância das norma de regência, notadamente no que tange ao dever de ser precedido dos instrumentos preparatórios que lhe dão forma, conteúdo e legitimidade, bem como os que sucedem a exação fiscal, ao vislumbre que caracterizam contornos imprescindíveis à validade e eficácia dos efeitos dele decorrente.

Sabe-se, por evidente, que a peça fundamental no lançamento do crédito tributária, à luz da legislação tributária cearense, consiste do formulário Auto de Infração, subsidiado pelos demais elementos complementares, os quais devem retratar com clareza e fidelidade os fatos apontados como infracionais, assim como deve indicar os preceptivos normativos em que se funda a imputação e a penalidade aplicável à hipótese e a base tributável, de modo a permitir ao autuado exercer o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório, princípios que têm nascido em vertentes constitucionais.

Nesse diapasão, é cogente enfatizar que no âmbito do processo administrativo, não prepondera o império do formalismo, desde que a flexibilização desse princípio não comprometa a finalidade útil do evento empreendido, isto é, não exclua ou cerceie nenhum direito ou garantia processual constitucional.

No caso em apreciação, a prejudicial de nulidade arguida tem por arrimo o argumento falta de indicação dos dispositivos infringidos, base de cálculo e alíquota, no formulário termo de conclusão de fiscalização, hipótese que violaria disposições insertas no artigo 822 do Decreto nº 24.569/97 (RICMS/CE).

Sublinhe-se, por oportuno, que o dispositivo normativo supra permanece com a redação original trazida ao ordenamento jurídico-tributário cearense pelo decreto supra, editado em 97, cuja noção relativa a mecanismos de controle, àquela época, dista em muito da atualidade, em decorrência do aprimoramento intelectual que se sedimenta ao longo do tempo, corolário da natural evolução na dinâmica que permeia os eventos que fundamentam as hodiernas cognições normativas.

Impende atentar, dotavia, para o fato que o formulário termo de conclusão

Processo nº 1/0860/2015 - AI nº 1/201500843-7 – Relator: Valter Barbalho Lima

Pg. 3



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

de fiscalização sequer dispõe de campos próprios para a grafia dos itens objeto de reclamos pela recorrente, em que pese a norma de regência do tema manter o texto original, hipótese que evidencia, de modo insofismável, a somenos elevância que tais aspectos representa no contexto da exação atualmente, fatos que conduziram, tacitamente, à ocorrência do fenômeno desuso de tal exigência, à convicção de uma premissão óbvia, qual seja, sua ausência nenhum prejuízo acarreta, dado que não exclui nenhum direito ou gratantia processual constitucional.

O caso concreto é a prova irrefutável dessa assertiva, à medida que permitiu à recorrente constatar todos os aspectos inerentes a imputação e não há inferência à falta de tais quesitos noutros elementos que compõem o conjunto probatório, logo, induz a concluir que deles foi cientificada a contento, razão pela qual não se vislumbra a possibiulidade de prosperear a nulidade arguida sob esse pálio

Por conseguinte, na hipótese em que os demais procedimentos tenham atendidos aos pressupostos normativos que disciplinam a amtéria, o evento em tablado não pode corporificar o condão de invalidar o lançamento pela mera ausência e menção de alguns quesitos, conduta que, nem memso quando verifica em relação ao documento primordial – o auto de infração -, não é bastante e suficiente para caracterizar a nulidade do feito, a teor do § 2º do artigo 33 do Decreto nº 25.468/99. Vejamos:

Art. 33. O **auto de infração** será numerado e emitido por meio de sistema eletrônico de processamento de dados, sem rasuras, entrelinhas ou borrões e deverá conter os seguintes elementos: (gn)

XIV – indicação expressa dos dispositivos legais e regulamentares infringidos e dos que cominem a respectiva pena pecuniária;

§ 2º A ausência da indicação referida no inciso XIV não ensejará nulidade, desde que o relato do auto de infração seja claro e preciso.

Enfim, numa análise meramente factual, induz a concluir que o mencionado termo, por dedução e consequência lógica, tem por finalidade precípua somente registrar o encerramento da ação fiscal, posto que flagrante a ausência de reflexo danoso à autuação, a falta de menção aos quesitos suscitados pela recorrente.

No plano de fundo, sabe-se, por evidente, que as obrigações tributárias são

Processo nº 1/0860/2015 - AI nº 1/201500843-7 – Relator: Valter Barbalho Lima

Pg. 4



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

de duas espécies, principal e acessória, assim consignado nas disposições do **caput** e parágrafos 2º e 3º do artigo 113 do CTN, em que as últimas compreendem prestações positivas e negativas fixadas na legislação tributária, no interesse da arrecadação e fiscalização dos tributos e não se confundem com a primeira, isso é fático.

Ao compulsar a legislação tributária de regência, extrai-se a convicção inequívoca que nas operações interestaduais, as notas fiscais estão obrigadas à selagem quando da passagem nos postos fiscais de divisa, no caso de que se cuida – entradas –, móvel da autuação, por determinação expressa no artigo 157 do Decreto nº 24.569/97 (RICMS/CE). Vejamos:

Art. 157. A aplicação do Selo de Trânsito será obrigatória para todas as atividades econômicas na comprovação de operações de **entradas** e saídas de mercadorias. (gn).

No caso em apreciação, em que pese a recorrente mencionar haver escriturado todos os documentos fiscais de aquisições na EFD, e frise-se que a ela incumbia a produção de prova positiva no sentido de comprovar o alegado, não demonstrou em concreto a adoção dessa providência, logo, a carência de elementos materiais ou a ocorrência de eventos que deponham em contrário, caracterizada restou a irregularidade a que alude a imputação.

Despropositado o pleito relativo à alteração da penalidade para a prevista na alínea “g” do inciso III do artigo 123 da Lei nº 12.670/96, dado que nenhuma prova foi apresentada nesta vertente, por conseguinte, há de ser aplicada a sanção sugerida na peça de lançamento.

Enfim, demonstrada a patente carências de provas plausíveis à desconstituição da irregularidade fiscal indicada, em especial porque admite como única presunção **juris tantum**, a comprovação mediante instrumento material irrefutável do adimplemento do dever acessório em tablado e ao vislumbre que os atos procedimentais que resultaram no presente feito reúnem os pressuposto de validade e eficácia, a outro convencimento não conduz, senão no sentido de que se mantenha a pretensão consignada no auto de infração.

Pelo exposto e ao convencimento que restou demonstrada material e

Processo nº 1/0860/2015 - AI nº 1/201500843-7 – Relator: Valter Barbalho Lima

Pg. 5



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

juridicamente a robustez da imputação, voto pelo conhecimento do recurso ordinário, nego-lhe provimento, para manter a decisão condenatória exarada na instância singular e julgar procedente a imputação a que alude o auto em apreciação, peça vestibular dos autos, nos termos do parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

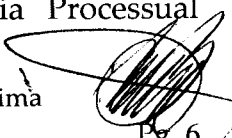

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Base de cálculo R\$ 284.743,97
Multa R\$ 56.948,80
TOTAL R\$ 56.948,80

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presente autos, em que é **RECORRENTE**: VOTORANTIM N/NE S/A. e **RECORRIDO**: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **Decisão**: A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso interposto, resolve em relação às preliminares suscitadas pela recorrente: Nulidade do lançamento do crédito tributário por ausência de elementos no Termo de Conclusão de Fiscalização – Nulidade afastada por voto de desempate da presidência. Manifestaram-se a favor da nulidade os conselheiros: José Gonçalves Feitosa, Filipe Pinho da Costa Leitão e Joseomi Loureiro Moreira de Oliveira. O Conselheiro Filipe Pinho da Costa Leitão suscitou a preliminar por cerceamento ao direito de defesa decorrente da falta de clareza e precisão do fato que motivou a autuação. Afastada por voto de desempate do Presidente, que se manifestou pelo afastamento da presente preliminar, nos termos do art. 33, XI do Decreto nº 25.468/99 e art.84, §7º da Lei nº 15.614/2014. Foram votos vencidos os Conselheiros Filipe Pinho da Costa Leitão (propositor), José Gonçalves Feitosa e Joseomi Loureiro Moreira de Oliveira. Em relação à solicitação de perícia, foi afastada por decisão unânime. No mérito, resolve por **VOTO DE DESEMPATE** do presidente, negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do primeiro voto divergente e vencedor proferido pelo Conselheiro Valter Barbalho Lima, que ficou designado para lavrar a resolução, conforme parecer da Assessoria Processual

Processo nº 1/0860/2015 - AI nº 1/201500843-7 – Relator: Valter Barbalho Lima


Pg. 6


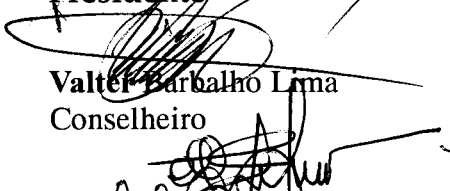


SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

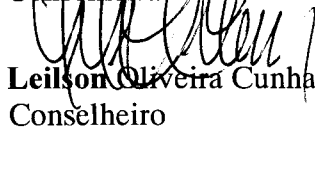
Tributária e contrário ao representante da douta Procuradoria Geral do Estado que se manifestou pela Parcial Procedência com a aplicação da penalidade prevista no art. 123, III, "g" da Lei nº 12.670/96. Foram votos vencidos os Conselheiros José Gonçalves Feitosa, Filipe Pinho da Costa Leitão e Joseomi Loureiro Moreira de Oliveira que se manifestaram pela parcial procedência do feito fiscal, aplicando a penalidade prevista no art. 123, VIII "d" da Lei nº 12.670/96.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO
DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, aos 12 de 03 de 2016.

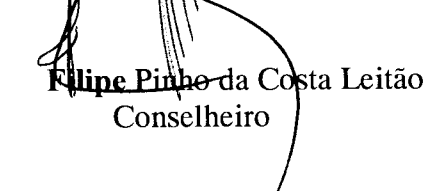

Manoel Marcelo Augusto Marques
Presidente

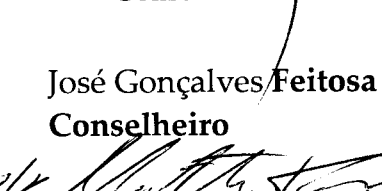

Valter Barbalho Lima
Conselheiro


Maria Elzeide Silva e Souza
Conselheira


Leilson Oliveira Cunha
Conselheiro


Mateus Viana Neto
Procurador do Estado


Filipe Pinho da Costa Leitão
Conselheiro


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro


Joseomi Loureiro Moreira de Oliveira
Conselheiro